

Tábula rasa: a zona industrial de Alvaredo

Albertino Gonçalves



Zona industrial de Alvaredo. Fotografia de João Gigante

No projeto de tese para doutoramento em Sociologia intitulado *A viticultura no Alto Minho. Desenvolvimento regional e agricultura: abordagem sociológica da integração do campesinato no complexo agroalimentar capitalista*, aprovado na Sorbonne em junho de 1982, ano da criação da marca Soalheiro, previa, atendendo à disseminação da monocultura e ao sucesso comercial do vinho, a expansão da vitivinicultura do alvarinho. A realidade ultrapassou as expectativas.

Quarenta anos depois, perante a fotografia do João Gigante com a preparação do solo para a zona industrial de Alvaredo confronto-me, em contrapartida, com uma muralha de dúvidas. Ou diminuíram as faculdades divinatórias ou o caso manifesta-se mais complexo. Não é, todavia, o que transparece do discurso de muitos melgacenses: o desenvolvimento da capacidade industrial, estimada escassa face aos concelhos vizinhos, assegurará a revitalização económica e demográfica, bem como uma auspiciosa criação de emprego.

Antes de prosseguir uma tentativa de prospetiva, convém esboçar um breve diagnóstico da situação do concelho.

Entre os censos de 1981 e 2021, a população reduziu-se de 13246 para 7773 residentes. Menos 5473 (-41,3%), num intervalo de quarenta anos. A perda teria sido superior não fosse o contingente de idosos ter crescido 48,5%, passando de 2225 para 3304, por causa do aumento da esperança de vida e do regresso dos emigrantes. Durante o mesmo período, a população

também diminui, mas menos, no Alto Minho (-9,9%). A quebra avulta nos adultos, dos 15 aos 54 anos (-49.9%), e agudiza-se nos jovens, com menos de 15 anos (-82.1%), cujo número cai de 3259 para 575. As crianças partem com as famílias e os nascimentos são cada vez mais raros: não só diminui o contingente de mulheres em idade fértil como estas tendem a ter menos filhos. Em 2014, dos 308 concelhos do País, Melgaço integrava a lista dos 23 com menos filhos por mulher em idade fértil: menos de 0,8 contra 1.2 no conjunto do País (*Programa Nacional para a Coesão Territorial - O Interior em números: Os territórios do Interior*, 2017, p. 46). O envelhecimento da população resulta, assim, extremo: passa-se de 69 para 572 residentes com 65 e mais anos para 100 com menos de 15 anos (252 no Alto Minho e 112 no País). Melgaço consta entre os dez concelhos com maior índice de envelhecimento. Atendendo à quantidade de pessoas em idade avançada, não admira que o peso da "população inativa" no conjunto dos residentes com 15 e mais anos se eleve a 64,6% (51.3% no Alto Minho e 46,5% no País). Ressalve-se, contudo, que população inativa não significa população sem rendimentos. Parte substantiva dos melgacenses recebe pensões de reforma, de valor apreciável, dos países onde estiveram emigrados. Segundo um inquérito a 866 residentes com 60 e mais anos realizado em 2003, 72,9% dos homens foram emigrantes (Gonçalves, Albertino, "Envelhecimento e saúde no concelho de Melgaço", *Boletim Cultural de Melgaço*, 2005, pp. 91-104). Esta fonte de rendimentos tende, porém, a dissipar-se quer pelo efeito natural da mortalidade, quer pela menor propensão para o regresso por parte dos emigrantes.

Este cenário demográfico torna-se mais preocupante pelo facto de o ritmo de decréscimo da população residente se ter agravado nos últimos anos: a taxa de crescimento anual médio, globalmente negativa, foi -1,0% na década de 1990, -0,8% na seguinte e -1,7% na última. Em jeito de balanço, a situação é crítica menos pelo excesso de idosos e mais pela carência de adultos e, sobretudo, de jovens, provocada pela saída dos residentes e pela ínfima natalidade. Este "esvaziamento" é, em parte, compensado pela população flutuante associada a visitas e estadias de duração mais ou menos prolongada. Por exemplo, a Escola Superior de Educação e Desporto proporciona uma população "presente" relevante mas não contabilizada formalmente como "residente". Acresce a interação, notável e notória, com os naturais, e seus descendentes, residentes fora do concelho. Impõe-se a constatação proverbial de que "somos mais do aqueles que aqui estamos". A equação entre quantidade de população residente e nível de atividade assevera-se, portanto, cada vez menos linear.

Encarar o volume de idosos como um dos principais problemas do concelho pode revelar-se uma falácia. Numa sessão de formação recente, os alunos foram convidados a ponderar quais os contributos e inconvenientes dos idosos, do envelhecimento, para a sociedade. Entre os contributos, destacaram-se o consumo, dinamizador da atividade económica, e o apoio às famílias, o cuidar das crianças. Em Melgaço, o primeiro acentua-se, atendendo ao poder de compra; o segundo atenua-se dada a escassez de "netos". Os inconvenientes mais assinalados foram o impacto na sustentabilidade da segurança social e o aumento da despesa com a saúde, ambos, sublinhe-se, com repercussão mais à escala nacional do que local.

Os serviços à população idosa contribuem para a atividade económica e para a criação de emprego. Aquando da aprovação do Plano de Desenvolvimento Social em 2004, existiam no concelho apenas duas instituições de apoio ao mais velhos: o Lar da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, no lugar da Loja Nova, e o Centro Paroquial e Social de Chaviães. Desde então, estimulada pelas características da população local, a expansão foi surpreendente. Criaram-se lares, centros de convívio e acolhimento, serviços de apoio domiciliário e cuidados continuados, consolidando-se um dispositivo que, na atualidade,

acolhe utentes e serve clientes de todo o País. A estas atividades mais institucionalizadas, convém acrescentar o acompanhamento remunerado prestado por particulares, cuja procura ultrapassa a oferta. Manifesta-se oportuno relativizar a ideia corrente de que a câmara é o "único empregador do concelho".

A indústria agroalimentar, associada ao vinho alvarinho, constitui outro setor chave. Atividade emblemática, em crescimento e com efeitos multiplicadores, representa uma fonte privilegiada de valor acrescentado e emprego, tanto permanente como sazonal. O turismo constitui outra atividade em desenvolvimento: a hotelaria, a restauração, a cultura, o lazer e o desporto não param de crescer e de se diversificar. À semelhança da indústria vitivinícola, o turismo insinua-se como um segmento propenso à subestimação estatística, tanto em termos de produção como de emprego.

Estes três setores de atividade singularizam-se pelo aproveitamento dos recursos naturais e humanos locais. Deparam-se, contudo, com dificuldades em contratar colaboradores, sobretudo os ramos da hotelaria e da restauração.

Regressemos, com a devida reserva, às estatísticas oficiais. Segundo o censo de 2021, a população ativa, a exercer uma profissão, é deveras reduzida: pouco mais de 2500 pessoas, 7,9% na agricultura, 23,8% na indústria e 68,2% nos serviços. Resulta insuficiente o peso da indústria? Menor do que no Alto Minho (35,7%), aproxima-se dos valores do País (24,8%) e da União Europeia (25%). Em termos abstratos, não ressalta um valor padrão a alcançar que se imponha como desejável. Industrialização não rima necessariamente com "progresso", tal como, aliás, quantidade de gente, com qualidade de vida. Entre 1991 e 2021, o peso do emprego na indústria desceu em Portugal de 37,9% para 24,8% e na União Europeia de 34% para 25%. Neste capítulo, o Alto Minho inscreve-se a contracorrente: no mesmo período, o emprego na indústria não só se manteve como subiu de 33% para 35,7%. Vários concelhos apostaram no desenvolvimento da indústria: Vila Nova de Cerveira e Ponte de Lima entre os mais antigos, Paredes de Coura, o mais recente. A sua experiência pode ser instrutiva.

Os mercados locais de trabalho enfrentam uma falta crónica de trabalhadores disponíveis. No Alto Minho, o problema não é novo e tende a ser geral. Há cerca de 20 anos, fui convidado pela autarquia de V. N. de Cerveira para um estudo na zona industrial de Campos. Duas empresas espanholas, cada uma com centenas de empregados, ameaçavam deslocar-se argumentando dificuldades no recrutamento de colaboradores. A par da exiguidade de trabalhadores, o ajustamento do sistema de transportes também foi equacionado. O recurso a trabalhadores de fora do concelho, mormente estrangeiros, tem crescido a um ritmo exponencial. Em V. N. de Cerveira, entre 2018 e 2021, o número de imigrantes mais que duplicou, passando de 230 para 607. Um estudo recente (*Diagnóstico da População Imigrante em Vila Nova de Cerveira*, por José Cunha Machado, Novembro de 2022) estima a população imigrante "entre os 750 e os 800": mais de metade de origem asiática (da Índia, Paquistão, Bangladesh, China e Nepal) e perto de um terço, sul americana. Dois em cada cinco deram entrada no concelho durante o ano 2022. Tamanha afluência de famílias pressiona a oferta imobiliária, configurando um problema premente, difícil de resolver no imediato, que (pre)ocupa as autarquias.

As empresas instaladas nas zonas industriais vizinhas são heterogéneas. Algumas produzem valor acrescentado apreciável, são inovadoras, respeitam o ambiente, dão garantias de estabilidade e futuro e propõem empregos qualificados, com condições de trabalho, remuneração e carreira aceitáveis. Não é, porém, o caso de muitas. Existem demasiados casos

com condições de trabalho desgastantes, por exemplo, horas seguidas de trabalho em pé ou com turnos incertos.

Com a implementação da zona industrial de Alvaredo, Melgaço não se furtará, embora com algumas especificidades, a desafios semelhantes aos dos concelhos próximos. Aliás, já se insinuam.

Caso as aspirações ousem ultrapassar o simples combate ao declínio demográfico com enxertos de imigrantes, visando, por exemplo, estancar a saída de residentes e cativar naturais deslocados, o mero aumento do volume de emprego corre o risco de ser uma aposta perdida. Para a fixação dos residentes não basta haver trabalho disponível, afirma-se decisivo que seja condizente com a sua capacidade, esforço e ambição. A história demonstra-o. Nas décadas de sessenta e setenta, a emigração foi uma constante. Não obstante, sobrava trabalho no concelho. Recrutaram-se famílias nos Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Paredes de Coura, Ponte de Lima e Vila Verde, para servir como caseiros nas quintas, entretanto "sem braços", das freguesias da ribeira.

Cativar imigrantes não é suficiente, importa assegurar a sua integração e continuidade. Caso contrário, o concelho arrisca funcionar como uma placa giratória ou alavanca de pessoas em trânsito. Está a acontecer, tal como já aconteceu no passado. Nos anos sessenta e setenta, a estadia das famílias que vieram para Melgaço foi efémera. Volvidos poucos anos, senão meses, emigraram. Esta instabilidade populacional comporta custos: quem vem sem perspectivas de fixação traz os seus problemas, não se envolve, investe menos e perturba áreas tais como a habitação e o ensino. Acresce um desafio: os novos imigrantes desfrutam de uma formação proporcionalmente elevada. No caso de Vila Nova de Cerveira, cerca de um terço (33%) frequentou o ensino superior; para comparação, a população com ensino médio ou superior ronda os 21% no País, 16% no Alto Minho e 11% em Melgaço. "Com qualificações a mais", estes imigrantes assumem subjetivamente o emprego obtido como desqualificante. À mínima oportunidade trocam-no por outro mais conforme. Aumenta, assim, a probabilidade de mobilidade.

Voltemos ao início, à fotografia do João Gigante com a terraplanagem. Uma autêntica tábula rasa. Que advirá? Depende das sementes plantadas, da jardinagem e do ambiente. Por outras palavras, da natureza e da qualidade das empresas acolhidas, das políticas de implementação, acompanhamento e enquadramento e dos ventos, pouco controláveis, da economia. Dando como adquiridos o sucesso do projeto e o fluxo significativo de imigrantes, ousemos esboçar, sucintamente, alguns votos:

- a) Garantia de autonomia e margem de decisão no que respeita à seleção (à autorização ou não) das candidaturas (das empresas a instalar), com a premissa de que mais vale nenhuma empresa do que qualquer cujo saldo seja prejudicial ao concelho;
- b) Previdência e intransigência em relação a reais ou potenciais impactos ambientais negativos. Atenção semelhante no que respeita ao património cultural. O ambiente e a cultura são as principais, senão únicas, vantagens competitivas do concelho. Não é a altura de inverter uma política que tem sido exemplar ao nível da preservação e da valorização dos patrimónios natural e cultural;
- c) Procura e criação de soluções de alojamento, acessível e condigno, para os novos residentes; não repetir erros por demais cometidos e conhecidos; atribuir prioridade à rentabilização do excecional parque habitacional do concelho: 7836 habitações, em 2021,

acima de 99,4% com água canalizada, duche ou banho, instalações sanitárias e esgoto; 1008 habitações por mil residentes (contra apenas 577 e 671 em Portugal e no Alto Minho, respetivamente);

d) Melhoria, em articulação com o alojamento, das condições de mobilidade. O concelho não dispõe praticamente de transportes públicos. Por outro lado, a dispersão da população nem sempre é amiga de soluções tais como a deslocação a pé. Facultar condições mínimas de alojamento e transporte não se resume apenas a uma questão de generosidade: a habitação e a acessibilidade são fatores decisivos na competição entre mercados de trabalho, que compõem um tabuleiro especialmente sensível;

e) Implementação de estratégias, dispositivos, medidas e procedimentos favoráveis ao acolhimento e à integração dos novos residentes. Existem riscos e custos evitáveis. O bem-estar de residentes e imigrantes e a boa relação entre ambos são cruciais. Importa prevenir e superar discriminações, segregações, marginalidades, desvios e conflitos. Todos, antigos e novos residentes, já enfrentam demasiados problemas e dificuldades sendo dispensável multiplicá-los ou exacerbar-los. O respeito, e o enriquecimento, mútuo pressupõe que cada pessoa possa assumir a sua identidade, as suas tradições, usos, costumes e cultos. Estas condições nem sempre preexistem ou são asseguradas espontaneamente. Convém cultivá-las, com empenho e sem descuidos. Para além do fundo humano e social, a integração encerra um cunho pragmático: apostar, por exemplo, numa família que permanece cinco anos em vez de cinco que vão embora passado um ano.

Com este "caderno de encargos", o concelho de Melgaço mobilizará e assumirá novos recursos, responsabilidades e tarefas. Proporcionar-se-ão, porventura, novos empregos, por sinal, qualificados. Este processo concorre, a seu modo e à sua escala, para os objetivos do projeto: o crescimento da atividade económica, a criação de emprego e o reforço e rejuvenescimento da população residente

Vazia como uma tábula rasa, a imagem da terraplanagem da futura zona industrial de Alvaredo presta-se a especulação, especulação que, neste caso, degenerou, insolitamente, numa meia dúzia de páginas prosaicas, nada estéticas, a destoar de uma obra deveras agradável e cativante.